

4 — No Anexo 1 do Regulamento da CMVM n.º 2/2017, de 30 de março, na descrição de siglas incluída no campo 4 do Anexo 9 do Regulamento da CMVM n.º 4/2015, de 26 de janeiro, onde se lê:

«CC-I»

deve ler-se:

«CCI»

5 — No Anexo 1 do Regulamento da CMVM n.º 2/2017, de 30 de março, na identificação do anexo incluída na tabela relativa ao nome do ficheiro no âmbito do Anexo 10 do Regulamento da CMVM n.º 4/2015, de 26 de janeiro, onde se lê:

«11»

deve ler-se:

«10»

6 — Na epígrafe do Anexo 2 do Regulamento 2/2017, de 30 de março, e na identificação aí efetuada do novo Anexo 9-A do Regulamento da CMVM n.º 4/2015, de 26 de janeiro, onde se lê:

«Anexo 9.º-A»

deve ler-se:

«Anexo 9-A»

7 — Na identificação do anexo incluída na tabela relativa ao nome do ficheiro no âmbito do novo Anexo 9-A do Regulamento da CMVM n.º 4/2015, de 26 de janeiro, aditado pelo Anexo 2 do Regulamento 2/2017, de 30 de março, onde se lê:

«10»

deve ler-se:

«9-A»

6 de abril de 2017. — A Vice-Presidente do Conselho de Administração, *Filomena Pereira de Oliveira*. — O Vogal do Conselho de Administração, *João de Sousa Gião*.

310426452

ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS

Regulamento n.º 201/2017

3.º Documento complementar ao Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos — Capítulo II — Sistemas de Titularidade Estatal — Reposição no saldo regulatório do valor das mais-valias da alienação dos bens das atividades não reguladas.

O regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos (doravante também designado Regulamento Tarifário), aprovado pela Deliberação n.º 928/2014 e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 15 de abril, prevê, no seu artigo 9.º, a publicação de documentos complementares que permitam especificar, detalhar ou clarificar as regras a que devem obedecer as contas reguladas. Nos termos do artigo 99.º do Regulamento Tarifário, a ERSAR pode emitir os documentos complementares que considere necessários para explicitar regras ou metodologias necessárias para uma adequada implementação do Regulamento Tarifário.

No âmbito da elaboração do 2.º Documento Complementar, relativo à apresentação de contas reais e definição dos movimentos de reconciliação entre contas estatutárias e contas reguladas, a ERSAR entendeu necessário clarificar as regras relativas à incorporação nos proveitos permitidos de eventuais mais-valias decorrentes da alienação de ativos referentes a atividades não reguladas.

Com efeito, os bens que não integraram a Base de Ativos Regulados (BAR) pelo facto de pertencerem a atividades não reguladas foram totalmente liquidados às concessionárias através da dedução do seu valor líquido contabilístico ao saldo regulatório, a que se refere o n.º 11 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de junho. A possibilidade, concedida pelo legislador, de as concessionárias recuperarem as quotas não amortizadas dos bens existentes afetos a atividades não reguladas através da dedução ao passivo regulatório, pode justificar-se face à existência de uma obrigação de cessação das atividades não reguladas ao fim de 3 anos e no pressuposto de que os bens existentes afetos a essas atividades não reguladas corresponderiam a ativos com

valor de mercado nulo após a cessação da atividade. Não obstante, caso se venha a verificar a alienação de tais bens, e tendo os mesmos sido já integralmente pagos através das tarifas aplicadas aos utilizadores, julga-se de elementar justiça que as mais-valias assim criadas revertam para a tarifa.

No quadro da discussão do projeto de documento complementar no Conselho Tarifário e na consulta pública, foi sugerido à ERSAR que as regras estabelecidas nos n.ºs 2 a 4 do artigo 5.º (Ajustamentos) daquele documento sobre esta matéria fossem contempladas num Documento Complementar autónomo, dado o teor extraordinário e transitório dos ajustamentos que estavam a ser propostos pela ERSAR, proposta que se entendeu aceitar dando origem ao presente 3.º documento complementar.

Ponderados os comentários apresentadas, conforme relatório de análise publicitado no sítio da Internet da ERSAR, o Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos deliberou, em reunião de 27 de março de 2017, e ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º e do artigo 99.º do Regulamento Tarifário, assim como do artigo 12.º e da alínea b) do n.º 1 do artigo 24.º dos Estatutos da ERSAR aprovar o 3.º Documento Complementar ao Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos para clarificar a regra sobre a reposição no saldo regulatório do valor das mais-valias obtidas na alienação dos bens das atividades não reguladas.

Artigo único

1 — Em caso de alienação pelas concessionárias de sistemas multimunicipais de resíduos urbanos abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de junho, de bens pertencentes a atividades não reguladas que não integraram a BAR de partida a 1 de janeiro de 2016 e cujo valor líquido contabilístico já foi deduzido ao saldo regulatório a que se referem os n.ºs 4 a 7 do artigo 11.º daquele diploma, o valor da mais valia obtida na alienação desses bens é reposto no saldo regulatório.

2 — Para efeitos de apuramento da mais-valia a que se refere o número anterior, é elaborado um relatório de avaliação dos bens da atividade não regulada por parte de uma entidade especializada independente.

3 — A alienação dos bens pertencentes a atividades não reguladas é comunicada à entidade reguladora, conjuntamente com o relatório a que se refere o número anterior, no prazo de 10 dias úteis após a sua realização.

4 — O novo valor do saldo regulatório pode ser utilizado no âmbito da definição de tarifas do período regulatório seguinte ou do ajustamento anual imediatamente subsequente, consoante o caso, desde que reunidos os requisitos previstos nos n.ºs 4 a 7 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 96/2014, de 15 de junho.

27 de março de 2017. — O Presidente do Conselho de Administração, *Orlando Borges* — O Vogal do Conselho de Administração, *Paulo Lopes Marcelo*.

310397933

Regulamento n.º 202/2017

2.º Documento Complementar ao Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos — Capítulo II — Sistemas de Titularidade Estatal — Apresentação de contas reais e definição dos movimentos de reconciliação entre contas estatutárias e contas reguladas.

O regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos (doravante também designado Regulamento Tarifário), aprovado pela Deliberação n.º 928/2014 e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 15 de abril, exige, no seu artigo 9.º, que as entidades gestoras preparem e mantenham atualizada a contabilidade para efeitos de regulação, denominada de contas reguladas, de forma a permitir a aplicação e a validação dos procedimentos fixados no mesmo.

O n.º 2 do mesmo artigo 9.º prevê a publicação de documentos complementares que permitam especificar, detalhar ou clarificar as regras a que devem obedecer as contas reguladas. Nos termos do artigo 99.º do Regulamento Tarifário, a ERSAR pode emitir os documentos complementares que considere necessários para explicitar regras ou metodologias necessárias para uma adequada implementação do Regulamento Tarifário.

Relativamente às contas previsionais, que incluem a informação necessária à definição dos parâmetros base do período regulatório e para definição dos proveitos permitidos do 1.º ano e estimativa do montante dos proveitos permitidos dos anos seguintes, o modelo de reporte foi